

Silva, Tadeu Martins Leite, Bruno Siqueira e Dr. Wilson Batista em que solicitam seja encaminhado pedido de informações ao Ministério do Esporte sobre o andamento do processo encaminhado pelo Tupi Esporte Clube visando seu enquadramento na Lei de Incentivo ao Esporte, bem como seja encaminhado ao referido Ministério pedido de providências para a agilização desse processo de enquadramento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Dalmo Ribeiro Silva, Presidente – Rômulo Viegas – Vanderlei Miranda.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Fred Costa e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.450/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Corrêa) e 2.451/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bonifácio Mourão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Ivair Nogueira, Presidente - Neider Moreira - Sebastião Costa - Gustavo Valadares.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2011

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 27/10/2011: ofícios dos Srs. Waldemar Antônio Lemes Filho, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Antônio Sérgio Lima Braga (2) e Josué Costa Valadão, respectivamente, Secretários de Meio Ambiente e de Governo de Belo Horizonte. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 664/2011, no 2º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Duarte Bechir. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.122/2011, no 2º turno, é retirado da pauta por ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 664/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Paulo Guedes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em Porteirinha, para debater a instalação de empresas mineradoras no Município e região e seus impactos ecológico, econômico e social. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Luzia Ferreira, Presidente - Délio Malheiros - Sávio Souza Cruz

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bonifácio Mourão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e discutir as propostas apresentadas pelos jovens participantes da 2ª Conferência Estadual da Juventude; Sávio Souza Cruz, em que solicita seja realizada audiência pública para esclarecer matéria veiculada no jornal “ Hoje em Dia” de 30/10/2011, que aponta um possível aparelhamento do Estado, na Secretária de Estado de Esportes e Juventude, onde atuam vários integrantes da denominada “Turma do Chapéu”, que é composta por jovens militantes do PSDB; e Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino, Gustavo Perrella e Adelmo Carneiro Leão em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde, com o objetivo de discutir políticas públicas de prevenção à obesidade infantil, tendo o exercício físico como aliado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/11/2011

Às 13h58min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Tenente Lúcio (substituindo o Deputado Gustavo Perrella, por indicação da Liderança do PDT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Tenente Lúcio, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.556/2011, cuja relatoria avocou para si.

Registra-se a presença do Deputado Zé Maia, que assume a direção dos trabalhos. O Deputado Tenente Lúcio retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 2.556/2011 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Romel Anízio, Presidente - João Leite - Marques Abreu - Tenente Lúcio.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2011

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Governador Valadares os Deputados Sargento Rodrigues e Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Hélio Gomes e Luiz Carlos Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os altos índices de homicídios e a limitação da Polícia Civil na região de Governador Valadares e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Deputado Federal Leonardo Monteiro, parabenizando esta Casa pela realização desta audiência pública e justificando sua ausência no evento. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal de Governador Valadares; Ingrid Veloso Soares do Val, Promotora de Justiça da Comarca de Governador Valadares; e os Srs. Vereador Chiquinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, representando Helder José Aguiar Armond, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares; Everton Villaron de Souza, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Governador Valadares, representando Amaury Silva, Diretor do Fórum de Governador Valadares; Fernando Cézar Ribeiro Cabral, Inspetor Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Caratinga; Ten-Cel. João Lunardi, Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas de Gerais; Ailton Lacerda, Delegado Regional da Polícia Civil em Governador Valadares, representando Valmir de Paula Ramos, Chefe do 8º Departamento de Polícia Civil em Governador Valadares; Major Neri de Mattos, Subcomandante do 6º Batalhão de Bombeiros Militar; Calânico Sobrinho Rios, Defensor Público; Francisco Shimabukuro Junior, Presidente da 43ª Subseção da OAB/MG - Governador Valadares, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Carlos Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.
Maria Tereza Lara, Presidente - Cássio Soares - Dalmo Ribeiro Silva.

ORDENS DO DIA	
ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/11/2011	
1ª Parte	
1ª Fase (Expediente)	
(das 14 horas às 14h15min)	
Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.	
2ª Fase (Grande Expediente)	
(das 14h15min às 15h15min)	
Apresentação de proposições e oradores inscritos.	
2ª Parte (Ordem do Dia)	
1ª Fase	
(das 15h15min às 16h15min)	
Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.	
2ª Fase	
(das 16h15min às 18 horas)	
Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.355/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opinou pela aprovação do Substitutivo nº 5, que apresentou, e pela rejeição dos Substitutos nºs 1 a 4 e das Emendas nºs 3 a 32.	
Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.	
Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição das Emendas nºs 2 a 5.	
Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4.	
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.556/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$6.450.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto.	
Proseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.	
Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 664/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a criação de Áreas de Risco Ambiental e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.	

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.336/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e a Lei nº 13.449, de 10/1/2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.692, de 30/12/2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.364/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a proibição de estabelecimentos comerciais venderem, servirem ou fornecerem bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.188/2011, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa a data-base e o percentual, relativo ao ano de 2011, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.442/2011, do Governador do Estado, que altera dispositivos das Leis nºs 15.424, de 30/12/2004, e 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.443/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.515, de 7/4/2000. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1, da Comissão de Justiça, nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.446/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Fundo de Erradicação da Miséria - FEM. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.449/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/11/2011

1ª Parte (Expediente)
Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)
Debate com convidados sobre questões relativas à dívida pública do Estado.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/11/2011

1ª Parte (Expediente)
Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/11/2011

1ª Parte (Expediente)
Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)
Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 24/11/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; e 2.355/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de novembro de 2011.
Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 24/11/2011, destinada a homenagear a Uptime Group pelos 10 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 23 de novembro de 2011.
Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 1.986/2011, do Deputado Marques Abreu; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 79/2011, da Deputada Liza Prado, 804/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, e 1.363/2011, da Deputada Ana Maria Resende; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.218/2011, do Deputado Ulysses Gomes; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.712/2011, do Deputado Duarte Bechir, 1.792/2011, do Deputado Antonio Lerin, 1.812/2011, da Comissão de Participação Popular, 1.864/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.867/2011, da Comissão de CIPE Rio Doce; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2011.
Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública com convidados a ser realizada em 24/11/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a modernização e a expansão do transporte metroviário em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, conforme anúncio recente, por parte da Presidência da República, de obras envolvendo recursos federais, estaduais e municipais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.
Almir Paraca, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/11/2011, às 10 horas, na sede da Associação Comunitária do Bairro Industrial, com a finalidade de debater o transporte público intermunicipal na região, em especial a desativação da Linha 1360 da Viação Saritut, aos domingos, e a redução dos horários aos sábados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.
Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 28/11/2011, às 14h30min, no Município de Betim, com a finalidade de debater a construção do espaço físico da Escola Estadual Professora Vera Maria Rezende, no Bairro Petrovale, que atualmente funciona em espaço cedido pela Escola Municipal Valério Ferreira Palhares, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.
Bosco, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.897/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.897/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega os profissionais dessas áreas na referida região.

A instituição tem como principal objetivo incentivar a participação consciente e a colaboração recíproca de engenheiros, arquitetos e agrônomos, com vista à melhoria de suas condições de atuação profissional e de sua qualidade de vida.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.897/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.
Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.185/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Região do Córrego da Onça, com sede no Município de Tapira.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.